

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª. Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

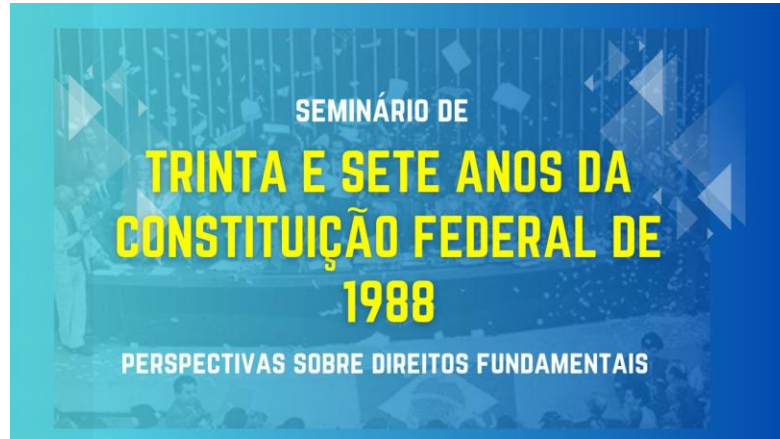


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formatadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

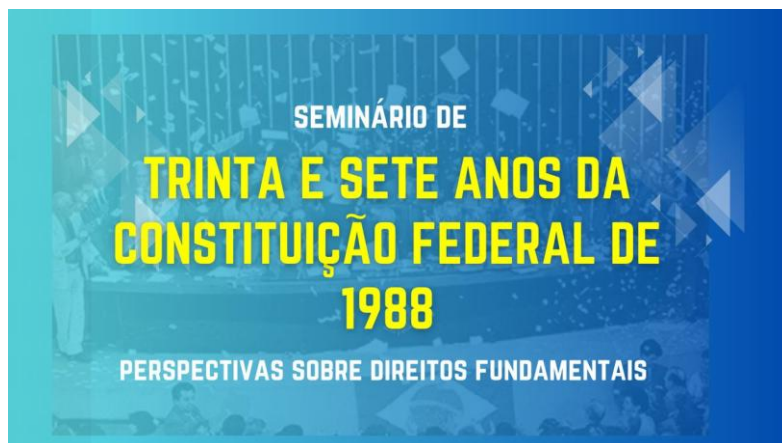
Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**IMPACTOS AMBIENTAIS DA BR-319 NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DOS
DANOS ECOLÓGICOS E SOCIAIS**

*ENVIRONMENTAL IMPACTS OF BR-319 IN THE AMAZON: AN ANALYSIS OF
ECOLOGICAL AND SOCIAL DAMAGES*

**Agley Pereira Cavalcante¹
Hélio dos Santos Júnior²
Denison Melo de Aguiar³
Neuton Alves de Lima⁴
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵**

1. INTRODUÇÃO

A Rodovia Federal 319 (BR-319), que liga Manaus a Porto Velho, voltou ao centro do debate com a proposta de repavimentação. Construída nos anos 1970 e abandonada nos

¹Bacharel em Farmácia pela Universidade Nilton Lins - UNL (2017). Especialista em Política e Gestão em Segurança Pública pela Faculdade Única (2023). Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Cadete da Polícia Militar do Amazonas. Contato: agleypereira@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8371640011676958>

²Bacharel em Direito pela Faculdade Brasileira de Vitória – MULTIVIX/ES - (2020). Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI/ES- (2021). Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA – (2025). Cadete da Polícia Militar do Amazonas. Contato: heliiosantosjr@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6136700105035087>

³Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁴Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

anos 1990, ela atravessa o interflúvio Purus-Madeira, um dos trechos mais preservados da Amazônia, e pode conectar o “arco do desmatamento” ao centro da floresta. Projeções citadas na literatura indicam perda potencial de até 5,78 milhões de hectares até 2070, com efeitos sobre biodiversidade, regime de chuvas e estoques de carbono (Fearnside; Graça, 2009, p. 24). No plano social, a abertura da via tende a estimular ramais ilegais, grilagem e ocupação desordenada, pressionando territórios de povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas e acirrando conflitos fundiários (Santos Júnior et al., 2018, p. 41). O próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) submetido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) reconhece impactos indiretos que extrapolam a faixa de domínio, alcançando áreas críticas. (IBAMA, 2021, p. 12).

Diante desse cenário, este resumo expandido apresenta uma análise crítica dos impactos ecológicos e sociais da BR-319, articulando evidências de pesquisas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, estudos acadêmicos revisados por pares, documentos técnicos e dados oficiais. Ao longo do texto, serão examinados cenários de desmatamento e seus desdobramentos sobre a biodiversidade e o clima regional, bem como os efeitos socioeconômicos sobre populações tradicionais; em seguida, discutem-se as fragilidades dos mecanismos de controle e governança territorial e, por fim, apontam-se diretrizes práticas para prevenção, mitigação e monitoramento dos impactos associados ao empreendimento.

2. JUSTIFICATIVA

A proposta de repavimentação da BR-319 é vista como uma solução para melhorar a integração logística na Amazônia, com promessas de desenvolvimento econômico e acesso a serviços públicos. No entanto, estudos alertam para os riscos socioambientais da obra, especialmente em uma das regiões mais preservadas da floresta (Barni, 2009, p. 108). A rodovia atravessa o interflúvio Purus-Madeira, um dos últimos blocos de floresta tropical intacta, com alta diversidade biológica e populações tradicionais que dependem dos recursos naturais. A falta de infraestrutura e o controle fundiário frágil podem transformar a BR-319 em vetor de desmatamento e conflitos sociais (Fearnside et al., 2009, p. 211). Este estudo destaca a importância de entender os impactos da infraestrutura em ecossistemas e populações vulneráveis, especialmente com a pressão política e flexibilização do licenciamento ambiental.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os impactos ambientais e sociais da reconstrução da rodovia BR-319 sobre a floresta amazônica, com foco no aumento do desmatamento, degradação ambiental e os efeitos socioeconômicos.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os principais riscos ecológicos associados à reabertura da rodovia.

Avaliar os efeitos da obra sobre comunidades indígenas, ribeirinhas e extrativistas.

Examinar a atuação dos órgãos públicos na gestão e mitigação dos impactos socioambientais.

Investigar os mecanismos legais e políticos envolvidos no processo de licenciamento da BR-319.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

A questão central que orienta este estudo é: quais são os impactos ambientais e sociais da repavimentação da BR-319 na Amazônia, e como eles afetam a sustentabilidade ecológica e os direitos das populações tradicionais?

A hipótese é que a reabertura da BR-319, sem mecanismos eficazes de controle e mitigação, resultará em aumento significativo do desmatamento, perda de biodiversidade, intensificação de conflitos fundiários e vulnerabilidade das comunidades locais, comprometendo a integridade ecológica da região e os compromissos ambientais assumidos pelo Brasil.

5. METODOLOGIA

Este estudo, de natureza qualitativa e exploratória, baseia-se em revisão sistemática da literatura e análise documental, abrangendo artigos de periódicos, relatórios técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, além de dados Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e de pareceres jurídicos sobre o licenciamento da Rodovia Federal 319; a interpretação crítica concentrou-se no interflúvio Purus-Madeira e nas áreas direta e indiretamente afetadas, com critérios explícitos de seleção das fontes e triangulação de

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

evidências para reforçar a validade dos achados.

6. RESULTADOS

6.1 IMPACTOS AMBIENTAIS

A BR-319 tem potencial para conectar o “arco do desmatamento” à Amazônia central, criando um corredor de degradação que pode resultar na perda de até 5,78 milhões de hectares de floresta até 2070. Essa estimativa considera o efeito de indução de ramais ilegais, ocupações irregulares e expansão da fronteira agropecuária. O autor alerta que a região do Purus-Madeira, atualmente protegida por sua inacessibilidade, pode se tornar vulnerável à ação de grileiros e madeireiras (Fearnside; Graça, 2009, p. 24).

Além disso, o Estudo de Impacto Ambiental apresentado ao IBAMA reconhece que os efeitos indiretos da obra são significativos e difíceis de controlar. O documento aponta riscos à fauna, à flora e aos serviços ecossistêmicos, como regulação hídrica e armazenamento de carbono (IBAMA, 2021, p. 14). A fragmentação de habitats e o aumento da pressão sobre unidades de conservação também são destacados como consequências prováveis da reabertura da rodovia.

6.2 IMPACTOS SOCIAIS

Do ponto de vista social, os efeitos da Rodovia Federal 319 (BR-319) são igualmente preocupantes. A região abriga comunidades indígenas, ribeirinhas e extrativistas que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência; a abertura da via tende a intensificar conflitos fundiários, ampliar a vulnerabilidade dessas populações e comprometer modos de vida tradicionais (Fearnside; Graça, 2009, p. 34).

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA indicam sobreposição de áreas protegidas com propriedades privadas e registros fundiários irregulares ao longo da faixa de influência da BR-319, favorecendo a grilagem e dificultando a regularização, com riscos de expulsão de comunidades tradicionais (Fearnside; Graça, 2009, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que a repavimentação da BR-319, embora apresentada como vetor de integração e desenvolvimento, constitui risco concreto à integridade ecológica da

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Amazônia e à segurança de povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas, pois pesquisas indicam que a via tende a catalisar desmatamento em larga escala, conectando o “arco do desmatamento” ao centro da floresta, com fragmentação de habitats, perda de biodiversidade e aumento de emissões de carbono já observados em trechos parcialmente trafegáveis; no campo institucional, a governança ambiental mostra-se insuficiente, a Avaliação Ambiental Estratégica é criticada por flexibilizar exigências legais, e a fiscalização permanece frágil, agravando a vulnerabilidade dessas populações, conforme reconhecem o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, de modo que se conclui pela suspensão do projeto nos moldes atuais até a realização de estudos complementares com ampla participação social e de especialistas independentes, bem como pelo fortalecimento do licenciamento, da fiscalização e da transparência, assegurando respeito aos limites ecológicos e aos direitos dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

BARNI, P. E. Reconstrução e asfaltamento da Rodovia BR-319: Efeito “dominó” pode elevar as taxas de desmatamento no Sul do Estado de Roraima. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais Tropicais) – INPA, Manaus, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Agley/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Referencias%20DH/Paulo_Barni.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

FEARNSIDE, P. M.; Graça, P. M. L. A. BR-319: a rodovia Manaus-Porto Velho e o impacto potencial de conectar o arco de desmatamento à Amazônia central. *Novos Cadernos NAEA*, v. 12, n. 1, p. 19-50, jun. 2009. ISSN 1516-6481. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/241/427.%20https://doi.org/10.5801/S21797536>. Acesso em: 05 out. 2025.

FEARNSIDE, P. M.; Graça, P. M. L. A.; Keizer, E. W. H.; Maldonado, F. D.; Barbosa, R. I.; Nogueira, E. M. Modelagem de desmatamento e emissões de gases de efeito estufa na região sob influência da rodovia Manaus-Porto Velho (BR-319). *Revista Brasileira de Meteorologia*, v. 24, n. 2, p. 208-233, jun. 2009. DOI: 10.1590/S0102-77862009000200006. Disponível em: https://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2009/BR-319-RBMET.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

IBAMA. Parecer Técnico referente à análise de requerimento de Licença Prévia com solicitação de complementações nº 9031197/2020. SEI/IBAMA - 9031197, 2021. Disponível em: https://observatoriobr319.org.br/wp-content/uploads/2021/05/2021.01_

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Parecer-Tecnico-Ibama_solicitacao-de-complementacoes-de-estudos.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

SANTOS JÚNIOR, M. A. dos; Yanai, A. M.; Sousa Junior, F. O.; Freitas, I. S. de; Pinheiro, H. P.; Oliveira, A. C. R. de; Silva, F. L. da; Graça, P. M. L. de A.; Fearnside, P. M. BR-319 como propulsora de desmatamento: simulando o impacto da rodovia Manaus-Porto Velho. Manaus: IDESAM, 2018. 56 p. ISBN 978-85-64371-30-9. Disponível em: <https://s3.us-east-1.amazonaws.com/concertacaoamazonia.com.br/assets/uploads/2021/10/simula-desmatamento-br319.pdf>. Acesso em: 05 out. 2025.

PALAVRAS-CHAVE: BR-319; Desmatamento; Floresta Amazônica; Impactos Ambientais; Infraestrutura.

KEY WORDS: BR-319; *Deforestation; Amazon Forest; Environmental Impacts; Infrastructure.*